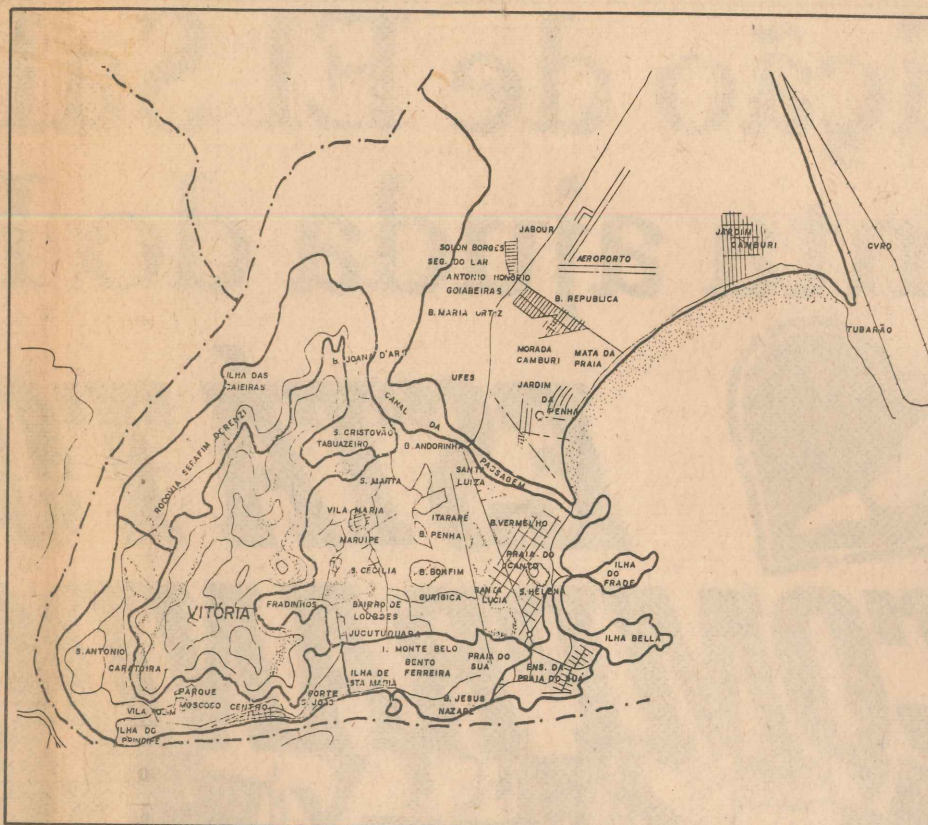
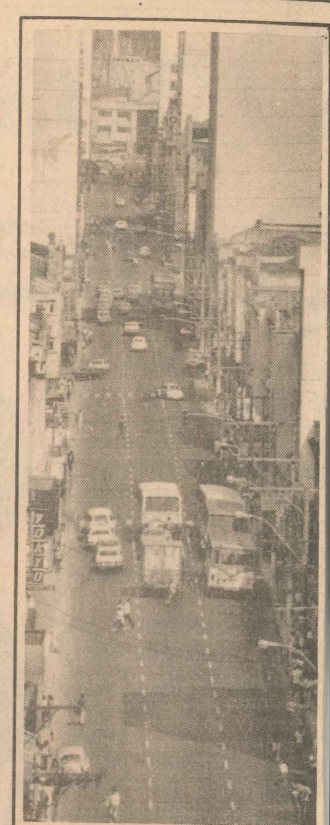




A cidade mantém ainda residências antigas, em bairros onde a sobrevivência é tranquila



Os bairros continuam a surgir conforme mostra o mapa



# Vitória enfrenta os mesmos problemas das metrópoles

Por Suely Lievori  
Fotos: Ailton Lopes

(Continuação da 1ª Página) Enquanto as obras prioritárias não são realizadas — e aqui entende-se como obra prioritária os reparos nas redes de esgoto e ampliação de todo o sistema de saneamento da Ilha de Vitória — os opositoristas do Governo explicam o descaso dos governantes situacionistas quanto à questão de saneamento — “esgoto é um tipo de obra que não aparece, cai no esquecimento, por isso não é voto garantido”. A atual rede de esgoto de Vitória é a mesma de 70 anos atrás, elaborada para atender a uma população de 30 mil habitantes — hoje, a população de Vitória é de 214.640 mil habitantes.

Essa necessidade de ampliação da rede de esgoto passa de administração a administração. Projetos são elaborados, mas como nunca são efetivados ficam defasados pelo tempo. Novos projetos são elaborados, que por sua vez também caem no esquecimento e assim sucessivamente. Com o passar dos tempos o problema ganha dimensões gigantescas. A pressão dos moradores acaba sendo a única forma de estabelecer prioridade para um órgão que já admite de antemão não ter condições financeiras de arcar sozinho com as despesas de infra-estrutura.

Nas aglomerações mais recentes — como as invasões de Santo Antônio e Estrada do Contorno — a população já se acostumou a depositar seus esgotos em valas abertas ou jogar diretamente nas marés e mangues que rodeiam suas residências e, hoje, mesmo que a PMV se responsabilize pelos gastos de construção de uma rede de esgoto, será muito difícil

de 47 passageiros por veículo, logo, 87,44 por cento dos deslocamentos de pessoas são realizados através dos ônibus e apenas 12,56 por cento pelos automóveis. Os automóveis que representam a maioria dos veículos que circulam pelo centro e que têm capacidade de transporte bem baixa são os principais responsáveis pelos engarrafamentos, em detrimento dos passageiros do transporte coletivo.

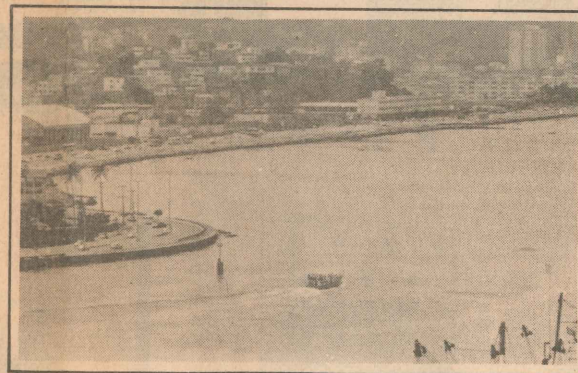
Várias medidas já foram apontadas — inclusive sugestão do secretário do Interior e Transporte, sr. Syro Tedoldi Netto — para a rarefação do trânsito de coletivos no centro de Vitória, delimitando-se as zonas de retorno dos ônibus procedentes das linhas Sul e Norte, utilizando os terminais do Dom Bosco e Parque Moscoso, respectivamente, para retorno, mas nenhuma posta em prática. Conclusão: o problema do trânsito — igualmente ao do saneamento — vai ganhando proporções assustadoras. E, de acordo com as previsões do Instituto Jones dos Santos Neves, a situação do tráfego de Vitória tende a se agravar, levando-se em conta o crescimento da frota de veículos que atingiu, no período de 1970 a 1980, uma taxa média de 16,7 por cento ao ano.

As informações continuam estarecedoras. Segundo o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), até o ano passado foram licenciados 32.786 mil veículos na região da Grande Vitória. Atualmente, desfilam pelas ruas do centro cerca de 60.704 mil carros licenciados. Essa superpopulação de veículos faz com que na hora do “rush” automóveis, caminhões, ônibus e pedestres se misturem devido à inexistência de controle dos horários para carga e descarga e ao pouco espaço disponível para estacionamento.

vale dizer que a PMV é sustentada pelo Governo Federal, haja vista que, 56,34 por cento de sua receita bruta (Cr\$ 566.082 milhões recolhidos no ano passado) são procedentes do repasse de verba por parte da União e do Estado na forma de devolução dos dividendos do ICM e IPI, assim como amortização de dívidas e subvenções. A PMV fica a responsabilidade de cobrir os outros 43,66 por cento da receita bruta do município, em termos de recursos próprios, provenientes da receita tributária (taxas, cadastro, IPTU e IP). E é a esta assertiva de que a PMV precisa ser sustentada pelo Governo Federal, que os atuais dirigentes se apóiam para explicar sua incapacidade de resolver os problemas urbanos.

As explicações prosseguem e os próprios dirigentes admitem sua falta de controle e segurança administrativa. No ano passado, a despesa com pessoal foi de Cr\$ 654.434 milhões. Diante dos índices apresentados no relatório da PMV a receita de recursos próprios da municipalidade não dava nem para pagar as suas dívidas para com o funcionalismo público. A receita de recursos próprios da PMV em 1980, foi de 438.742 milhões. O rol de reclamações vai mais longe. O débito da PMV com encargos sociais acumulados desde 1979/80 é de Cr\$ 71.089.808 milhões. “Para normalização do débito com a Previdência Social foi firmado contrato de parcelamento da dívida por 10 anos”, acrescenta o relatório.

A PMV admite suas falhas. Numa tentativa de se saber quantas residências existem em Vitória, a reportagem de A TRIBUNA questionou os funcionários do cadastro imobiliário da PMV e para sur-



A baía de Vitória está ameaçada pelos aterros

## A noite, apenas os bares são opções

Apesar de Vitória ser considerada o centro nevrálgico do Município e polarizadora das atividades de prestação de serviços, à noite, ela não atende às solicitações da população, em termos de divertimento. Atualmente, Vitória conta com apenas quatro dos oito cinemas que possuía — tombados pela iniciativa privada e especulação imobiliária. Possui para visitação noturna cerca de 200 bares e lanchonetes, nos quais são raras as apresentações de shows ao vivo ou outro tipo de entretenimento. As galerias de arte são em número de 15 e conta ainda com quatro cineclubes.

Numa tentativa de agilizar e movimentar as opções de lazer noturnas capixabas, o Departamento Estadual de Cultura (DEC) promove, quinzenalmente, uma série de eventos artísticos, movimentando a participação de grupos teatrais locais, trazendo nomes internacionais para apresentações no Teatro Carlos Gomes e no Ginásio Dom Bosco, incentivando também a participação particular para as atividades de divertimento e lazer capixabas. A iniciativa do DEC é pioneira, em termos de Vitória, já que a extinta Fundação Cultural — inexistia em termos de promoções culturais. Mas mesmo assim, o DEC mostra-se incapaz de proporcionar divertimento para os 214.640 mil habitantes de Vitória e a população fluante procedente de outros municípios.

## A cidade polariza onze municípios

VITÓRIA: CIDADE SERVIÇO

Devido à sua característica histórica, Vitória é uma cidade serviço. Ela funciona como um centro de polarização de uma área que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), abrange diretamente onze municípios; os cinco da microrregião — Serra, Vila Velha, Viana, Cariacica e Centro — Aracruz, Fundão, Domingos Martins, Santa Leopoldina, Guarapari e Afonso Cláudio.

Essa ação polarizadora de Vitória está relacionada principalmente à sua condição de capital político-administrativa — consequentemente de decisões para todo o Estado, ponto de convergência de entidades públicas — e do porto marítimo de grande expansão, notadamente pela exportação de minério.

A função político-administrativa de Vitória emprega uma parcela considerável de população ativa local, ou seja, direta e indiretamente, ela dá emprego para cerca de 140 mil pessoas dos 214.640 mil habitantes do Município. Por outro lado, como capital estadual, Vitória atrai vários órgãos governamentais da esfera federal. A função administrativa estadual e federal contribui para multiplicar os serviços privados vinculados à presença de serviços oficiais.

Todavia, essa função administrativa deve ser apreciada não tanto pela ocupação direta de mão-de-obra, mas pelos efeitos derivados sobre o mercado local. Boa parte dos equipamentos terciários da cidade existem para o atendimento da população ligada à administração. Não seria errado associar que, a própria projeção dos serviços externos do comércio e dos serviços sociais está relacionada, em parte, à projeção da função administrativa.

E devido a esta característica de cidade de prestação de serviços, Vitória não apresenta uma atividade industrial com função, dinâmica, em termos de potencialidade, resumindo-se a fracas indústrias manufatureiras, como sacarias, torrefações de café, fábricas de calçados, cimento e pedreiras. As indústrias de médio e grande porte estão situadas em outros municípios — Serra, Viana e Cariacica — restando a Vitória o consolo de ser uma cidade de prestação de serviços e centro comercial convergente.

Este desenvolvimento da função comercial de Vitória é uma decorrência das necessidades de abastecimento de sua própria população, da projeção que esse mesmo comércio alcança sobre o Estado e da importância da função portuária, responsável por grande parte da atividade comercial atacadista da capital. Quando se diz que Vitória é uma cidade serviço está se referindo à grande concentração de órgãos públicos e particulares de prestação de serviços, tais como, cartórios, lanchonetes, bares, supermercados, boutiques, cabelereiros, armarinhos, material de construção, hotéis, clubes, teatros, cinemas, parques e demais equipamentos urbanos, que visem ao bem estar da coletividade.



residências e, hoje, mesmo que a PMV se responsabilize pelos gastos de construção de uma rede de esgoto, será muito difícil convencer os moradores a pagarem por um serviço que eles atualmente têm de graça. Nem mesmo o risco de doenças endêmicas, como a esquistossomose, hepatites, verminoses e diarreias, estimulam os governos — e por extensão a própria população — a optarem por um sistema de tratamento de esgoto no nível que funciona o de água.

Igualmente problemática é a questão de trânsito na região de Vitória. Diariamente, o centro recebe cerca de 552 ônibus procedentes de todos os bairros periféricos e intermunicipais. Procedentes de Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra circulam no centro cerca de 343 coletivos somando-se a este número mais de 209 coletivos procedentes de diversos bairros, que realizam linha interna. Isso quer dizer que cerca de 395.371 mil pessoas se deslocam para o centro de Vitória. Essa prática faz com que o centro tenha uma superpopulação no período comercial, excedendo a sua capacidade de escoamento de tráfego e ocasionando, diariamente, o fenômeno do "rush" — que é o já conhecido engarrafamento das 18 horas.

Segundo estudos do Instituto Jones dos Santos Neves, o deslocamento interurbano de Vitória realiza-se da seguinte forma: 21 por cento de ônibus, 75 por cento de automóveis e 4 por cento de caminhões. A taxa média de ocupação dos coletivos é

devido à inexistência de controle dos horários para carga e descarga e ao pouco espaço que sobra aos pedestres para transitarem pelas estreitas calçadas, principalmente nos pontos de ônibus.

Na opinião da população — expressa através dos constantes abaixo-assinados, enviados diariamente à PMV — os dois problemas urgentes e imediatos de Vitória são: expansão da rede de esgoto e saneamento e descongestionamento do tráfego. Resolvidos estes problemas, Vitória seria uma cidade mais próxima dos padrões internacionais de classificação de metrópole. Aos abaixo-assinados a PMV não se digna a responder, mas quando questionada pela imprensa apressa-se a enfatizar a carência de recursos financeiros, mesmo ostentando uma receita tributária de Cr\$ 1.004.824 bilhão recolhida no ano passado.

Segundo o famoso relatório sobre as atividades desenvolvidas no ano de 1980 pela PMV, a receita do Município é formada pela receita tributária, constituída dos impostos sobre a propriedade imóvel e sobre serviços de qualquer natureza (ISS), taxas e receitas de outras origens (não especificadas) representadas pela cobrança da dívida ativa e por serviços prestados à comunidade e, finalmente, pela transferência da União e do Estado, de contribuições relativas a fundos federais e participação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

A nível de transferência de recursos,

TRIBUNAL DE VITÓRIA, a reportagem para os 214.640 mil habitantes de Vitória e a população nu- tuante procedente de outros municípios.

CINEMAS

Os cinemas estão sendo demolidos sob o pretexto de queda na procura pelo usuário. Mas tal assertiva é frontalmente desmentida pela alta frequência nos festivais cinematográficos, exibidos recentemente no cine Paz e São Luiz. A população aprecia bons filmes e os assistiria se a sua exibição fosse frequente. Segundo os usuários mais assíduos do cinema, a queda de frequência nas salas de exibição e a consequente queda de lucro dos proprietários, deve-se ao fato da péssima qualidade dos filmes apresentados.

Excluindo-se os cinemas, os clubes e bares, ao cidadão classe média e alta resta somente o teatro como divertimento, mas este passa a maioria do ano fechado, apresentando, de vez em quando, uma peça que merece ser apreciada. E quando isso acontece, toda a elite capixaba desengaveta os trajes da última moda em Paris e faz de Vitória uma extensão dos shows da Broadway.

Mas, apesar de toda a falta de incentivo à diversão noturna capixaba, as classes média e alta não têm do que reclamar, se levada em consideração a total falta de opções para o cidadão da classe baixa. Na falta de melhor opção, o trabalhador assalariado procura divertimento no cine Santa Cecília — famoso pela exibição de dois filmes pornô-eróticos, numa mesma seção. Lá, diariamente, pode-se encontrar pessoas dos mais variados tipos, que nas ruas podem passar despercebidas, mas que naquele local, adquirem um certo brilho e atrevimento até desconhecido por eles mesmos — talvez seja mera questão de auto-afirmação. São trabalhadores da estiva, operários, desocupados e peões que se reúnem para assistir a uma fita, ou ver a vida passar da janela lateral do cinema.

Quando este mesmo trabalhador sai do cinema Santa Cecília, depara-se com os apelos lânguidos das mulheres que passeiam pelas calçadas do Parque Moscoso, à procura de companhia noturna.

Indiferente às desorganizações, deficiências e reclamações da população, o prefeito municipal já tem organizada sua plataforma de gastos públicos e aproveitamento da receita de Cr\$ 2.391.708 bilhões para o ano de 1981. Segundo estimativa da própria PMV, está previsto um gasto de Cr\$ 1.223.837 bilhão para despesas correntes: Cr\$ 1.062.871 bilhão para despesas de capital, estando inclusos Cr\$ 989.141 milhões para obras públicas, Cr\$ 173.730 milhões para despesas de capital e Cr\$ 5 milhões para reserva de contingência; totalizando a aplicação total da receita bruta, que é de Cr\$ 2.391.708 bilhões.

## Centro: convivência comércio-residência

O Centro está comprimido entre o mar e a montanha. Na avenida capixaba a densidade predial é muito elevada, e os prédios, colados uns aos outros, formam verdadeira muralha. Ao longo dos prédios altos — de até 20 andares, de construção recente, permanecem ainda alguns remanescentes do velho casario, de até dois ou três pavimentos, que aos poucos vão cedendo lugar aos novos edifícios.

Abriando inúmeras atividades comerciais e de prestação de serviços, o Centro só é utilizado em sua plenitude durante uma parte do dia, esvaziando-se substancialmente à noite, quando termina o horário comercial e ele deixa de ser prestador de serviços e passa a desempenhar a função de dormitório. O Centro, além de abrigar as principais instalações de serviços e comércio da aglomeração, apresenta considerável ocupação residencial, cerca de 20 por cento da população de Vitória. Tal prática permite caracterizá-lo como uma zona de transição de zona mista (residencial e comercial) para zona comercial e de serviços.

O centro de Vitória constituiu-se no núcleo principal de atração e animação de toda a aglomeração. Além dos estabelecimentos de abastecimentos e prestação de ser-

viços, concentra a maior parcela dos equipamentos institucional, cultural e recreativo do Município. A principal faixa do comércio começa na Vila Rubim, onde se localiza o principal centro de abastecimento alimentício do Município, estendendo-se até a av. Jerônimo Monteiro, junto à praça do Trabalho, ocupando uma área de aproximadamente 30 ha.

O comércio alcança também outras ruas, ocupando quase toda a extensão da via central da aglomeração, indo até as avenidas Duarte Lemos e Marcos de Azevedo. Outra concentração comercial localiza-se próxima ao Parque Moscoso, entre as avenidas Presidente Florentino Avidos e Cleto Nunes, onde se sucedem estabelecimentos comerciais e edifícios de escritórios. Os quarteirões formados entre as ruas General Osório, Thiers Veloso e av. República têm uso predominantemente comercial e de prestação de serviços, com grande quantidade de edifícios-escritórios.

A área comercial desenvolveu-se seguindo o eixo formado pela av. Jerônimo Monteiro, abrangendo a av. Getúlio Vargas, Duque de Caxias e Princesa Isabel. Dentre essas avenidas, a Jerônimo Monteiro é a que

apresenta uma maior diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços. As ruas Graciano Neves, Sete de Setembro e 13 de Maio apresentam características comerciais. Os estabelecimentos localizados nestas ruas destacam-se em sua maioria pela venda de artigos de vestuário e de presentes, constituindo-se em um núcleo do comércio de luxo de Vitória.

Embora demonstre tendência para mudanças o centro político-administrativo de Vitória ainda está instalado no Centro. Lá é que se encontram localizadas as maiores repartições estaduais, municipais e federais. Nele estão sediados o Palácio do Governo, Assembléia Legislativa, Banco do Brasil, Companhia Vale do Rio Doce, Caixa Econômica Federal, órgãos de vários ministérios federais, Telest, Cesan, Assessoria Estadual de Imprensa, Delegacia Regional do Trabalho, Capitania dos Portos, Inamps, Juizado de Menores, Corpo de Bombeiros e Porto de Vitória.

Acolhe ainda o Hospital São José, Clínica de Repouso Santa Angélica, Pronto Socorro de Fraturas, Clínica dos Acidentados, Faculdade de Farmácia, Escola Superior de Música, cinemas, Teatro Carlos Gomes, Teatro Estúdio, galerias de artes, cineclubes, Parque Moscoso e outros.



São raros os bons filmes nos cinemas de Vitória



O Santa Cecília é frequentado pela classe baixa

hotéis, clubes, teatros, cinemas, parques e demais equipamentos urbanos, que visem ao bem estar da coletividade.

O atual aspecto de Vitória e sua concentração comercial é decorrência da estrutura catalizadora da migração da década de 60 e da desarticulada distribuição industrial. Os bairros se articulam em unidades urbanas, estruturados entre si e apoiados em um centro comercial. Vitória é este centro comercial. Na pura observação de como se procedeu a aglomeração de Vitória e de seu desenvolvimento histórico com base no que ela é hoje, constatar-se-á que as funções comerciais-administrativas, cívicas e recreativas e os serviços realizam-se cada vez mais no centro da cidade de Vitória e que este — tendo um limite físico de expansão quase saturado — tende a causar mais problemas do que servir à população.

### NA HISTÓRIA

A única forma de se chegar a um ponto comum sobre o porque de Vitória ter se tornado um centro comercial, catalizador de funções e de prestação de serviços, é retroceder no tempo, buscando as raízes históricas para o fenômeno. No caso específico de Vitória tudo começou em 1535, quando os primeiros habitantes da localidade que viria a ser posteriormente denominada de Ilha da Vitória, fixaram-se no continente junto à praia, na margem Sul do canal. Os ataques dos índios goitacazes fizeram com que os colonos penetrassem mais nas florestas à procura de pontos estratégicos de combate.

E, 1551, foi fundada a vila de Nossa Senhora da Vitória. O desenvolvimento urbano ocorreu somente na passagem do século XIX para o atual. A cidade, até então, ficara confiada ao diminuto espigão onde teve início. No final do século e nas primeiras décadas do atual foi construído o porto de exportação. A cidade foi transformada em aglomeração administrativa e religiosa, quando foram erguidos o Palácio do Governo, a Assembléia Legislativa e a Catedral. Sua economia era ainda estritamente colonial. Somente durante a República iniciou-se o processo de transformação urbana com a construção de obras de infra-estrutura: água, luz e esgoto, até então inexistentes, e procedeu-se a aterros e drenagens de alagados para incorporação de novas áreas à cidade. Assim tudo começou, e esta prática até hoje ainda encontra ressonância, quer nos aterros indiscriminados, quer na especulação imobiliária.

Desde 1940, devido ao porto de exportação, Vitória vem se tornando no principal centro de serviços do Estado, atraindo migrações e triplicando a sua população, que já naquela época respondia a um terço da população total do Estado. Mas é na década de 60 que o processo de ocupação do território da aglomeração torna-se maior. Com a erradicação do café, 200 mil pessoas deixaram o interior do Estado, dos quais, aproximadamente, 120 mil migraram para Vitória e 80 mil para outras unidades da Federação, verificando-se um crescimento demográfico da aglomeração de Vitória, da ordem de 65 por cento, um dos maiores verificados no Brasil naquela década.

No final da década de 60, Vitória viveu um episódio comum às metrópoles em formação: especulação imobiliária. Pela sua posição de centro, pelas obras de infra-estrutura e pela falta de novas formas de expansão espacial, o município de Vitória começa a sofrer a especulação imobiliária e seu preço em constante alta permite abrigar somente as camadas de renda mais elevada da sociedade, deixando a periferia para as classes mais baixas. Com a elitização do Município os serviços de comércio também se tornaram mais especializados e de nível mais elevado. Esta característica de supervalorização do terreno ainda é um aspecto ressonante na Vitória de hoje, talvez devido à saturação espacial.

### SEGREGAÇÃO

O processo de segregação social se reflete na segregação física dentro da cidade. As classes altas tendem a se isolarem em ambientes exclusivos, homogêneos e nostálgicos. A vizinhança não representa uma necessidade, mas um incômodo que deve ser evitado. As classes de renda mais baixa, incapazes de competirem pelo preço dos terrenos, fixam-se nos locais menos acessíveis ou menos disputados — mangues e morros — O poder público por sua vez, com presteza atende prioritariamente às áreas onde há concentração de alta renda, com acesso facilitado aos centros de poder e decisão. Ainda que desminta, o poder público investe mais nas áreas já urbanizadas, em melhorias urbanas, do que aplica em equipamentos de infra-estrutura nas regiões mais carentes.

Dai, os contrastes entre a Praia do Canto, Camburi, Barro Vermelho, Santa Lúcia e Ilha do Boi com as favelas do Romão, do Jaburuna ou do Quadro, ou mangues habitados da Estrada do Contorno, de Santo Antônio e de Solon Borges, em Goiabeiras. Praia do Canto, Barro Vermelho, Camburi e adjacências são os bairros mais bem dotados de equipamentos urbanos, quanto a calçamento, pavimentação, arborização, iluminação pública e comércio. As ruas são largas e em alguns casos dotadas de canteiros centrais arborizados. A pavimentação predominantemente é em paralelepípedo e em blokret e domina a iluminação com lâmpadas em vapor de mercúrio.

Em contraste com todo o requinte dos bairros nobres de Vitória, em suas imediações está concentrada a maior quantidade de favelas do Município, nas encostas dos morros Grande, Gurigica, maciço central e Bomba, nos mangues do canal da passagem, contorno e Goiabeiras. Nestes bairros-favelas a qualidade dos equipamentos decai e em alguns casos inexistem. Em todos eles as queixas são sempre as mesmas: falta água, luz, esgotos, ruas de acesso, galerias pluviais, iluminação pública, escolas, postos de saúde, áreas de lazer e demais equipamentos urbanos.